



TEORIA SOCIAL E IDENTIDADE: BREVE PROSPECTO DOS PENSAMENTOS DE DAVID HARVEY, ULRICH BECK E ANTHONY GIDDENS

SOCIAL THEORY AND IDENTITY: BRIEF PROSPECTUS OF THE THOUGHTS OF DAVID HARVEY, ULRICH BECK AND ANTHONY GIDDENS

Allan Veiga¹

Resumo: O artigo focaliza o modo como a teoria social hodiernamente vem analisando as questões que envolvem a modernidade e sua transitoriedade, através de três obras de alguns dos mais expressivos teóricos da contemporaneidade: David Harvey (1993) com a obra “Condição Pós-moderna”, “Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna” de Anthony Giddens e Ulrich Beck (1995), os quais compartilham a autoria com Scott Lash e por fim o livro “Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade” de Ulrich Beck (2010). Para isso tomarei como enfoque o aspecto da identidade na modernidade e na pós-modernidade e suas transformações, pretendendo perceber suas conformações e suas diferenças na perspectiva de distintos pensamentos, explanados pela análise destes autores.

Palavras-Chave: Identidade, Modernidade, Pós-modernidade, Teoria Social.

Abstract: The article focuses on how social theory has been analyzing the issues surrounding modernity and its transience, through three works by some of the most expressive contemporary theorists: David Harvey (1993) with the book "Postmodern Condition" "Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order" by Anthony Giddens and Ulrich Beck (1995), who share the authorship with Scott Lash and finally the book "Risk Society: **Towards a New Modernity**" by Ulrich Beck (2010). For this I will focus on the aspect of identity in modernity and postmodernity and its transformations, intending to perceive their conformations and their differences in the perspective of different thoughts, explained by the analysis of these authors.

Keywords: Identity, Modernity, Postmodernity, Social Theory.

¹Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, através do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Sociologia (PPGS/UFS), graduado em ciências sociais pela mesma instituição e Membro-pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – LABEURC/UFS.

Introdução

No pensamento sociológico contemporâneo as discussões sobre a modernidade são cada vez mais recorrentes, são frequentes as teorias que buscam compreender os fenômenos e os processos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos que nos colocaram na hodierna disposição de nossa vida em sociedade, a qual, comumente, chamamos de vida moderna, ou modernidade.

Existe uma gama de “condições” e “situações” que puseram e ainda põem desafio ao pensamento crítico da teoria social sobre o modo como o homem se organiza em sociedade, algumas delas representaram marcos de uma profunda mudança que alterou as sociedades pré-modernas, consolidando a modernidade capitalista, especialmente a partir do século XVI, como as grandes navegações, o antropocentrismo, o renascimento, o mercantilismo, a manufatura, a revolução científica, a revolução burguesa, o surgimento de novas classes sociais, o individualismo, o iluminismo, o aparecimento do Estado-nação e a revolução industrial.

No entanto, essa “onda moderna” de grandes transformações, ocorridas a partir do século XVI, mal teve seus efeitos inteiramente estudados e diagnosticados pela teoria social e já surgiram outros fenômenos no século XX que levaram a uma segunda “onda” de grandes transformações que reconfiguraram mais uma vez o mundo, como duas guerras mundiais, o predomínio do capital financeiro, a expansão do mercado mundial, a globalização, a queda do socialismo de estado, a crise ecológica, o aumento da pobreza, a decadência do Estado-nação, a compressão do tempo-espaço, a revolução na comunicação e na informática, o alargamento dos meios de comunicação de massa, o consumismo e outros fatores.

Tais fenômenos levaram os teóricos dos estudos sociais, a perceberem este outro momento da vida em sociedade como uma nova configuração do mundo, o qual está sendo chamado, entre outros nomes, de “pós-modernidade”, “modernidade alta”, “modernidade tardia”, “modernidade reflexiva” ou mesmo “modernidade incompleta”.

Muitos foram os pensadores que se debruçaram a entender estes movimentos da sociedade, alguns, no primeiro momento de tais mudanças, caso de Emile Durkheim, buscando perceber o que ainda mantinha a sociedade em funcionamento, uma vez que os laços familiares que sustentavam uma solidariedade mecânica haviam sido

quebrados, em parte, pelo surgimento das cidades e pelo modo de vida urbano. Preocupação de entender o novo momento social também era cerne em Karl Marx, o qual propôs que se observassem, para entender o novo cenário social, as relações do trabalho neste novo contexto. E por fim, na linhagem desses primeiros pensadores sociais, temos Max Weber, que buscou interpretar as novas relações econômicas, como elemento que desencadearia o desencantamento do mundo pelos indivíduos. Para além destes, houve também a escola de Frankfurt (Adorno, Benjamin, Horkheimer), que também, investiram fortemente em entender a trama do tecido da modernidade.

Já em seguida outros teóricos se debruçaram a tal questão. Com bastante notoriedade, incluímos Jurgen Habermas, que sustenta que a modernidade é um processo ainda incompleto, porém, admite que o trabalho já não centraliza as relações no mundo de hoje, que a forma como está disposta a sociedade não é mais explicável pelo paradigma da produção. No mesmo bojo de pensadores, porém, mais contemporâneos, com grande reverberação de suas teorias para apreender a modernidade mais recente, encontramos os postulados de, entre outros, Anthony Giddens, sobre a “teoria da estruturação”, a “reflexividade” e a “alta modernidade”; Ulrich Beck, que percebeu a sociedade moderna como uma “sociedade de risco”, Zygmunt Bauman, o qual assinala que a sociedade atual vem derretendo suas estruturas, numa espécie de movimento que ocorre com os líquidos, que assumem a forma do ambiente que as recebe e logo após se moldam a outra forma, e David Harvey, o qual construiu uma teoria pautada na transformação de uma sociedade fordista para uma que se regulava pela “acumulação flexível do capital” num cenário pós-fordista.

Destaque importante alcançaram também os teóricos que ousaram em estabelecer para essa modernidade mais recente uma nova perspectiva paradigmática, onde o indivíduo se descentra e suas ações não estão mais pautadas necessariamente pela trama social, tratando esse momento como uma pós-modernidade, a exemplo de Jean-François Lyotard, o qual afirma que a fragmentação e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas impede sua explicação por metanarrativas, como queriam as teorias de autores como Durkheim, Marx, Weber, Adorno, Benjamin e Horkheimer, só para citar alguns postulados que se debruçavam ao entendimento do racionalismo iluminista, instrumental. Compartilhando do pensamento de Lyotard, encontramos também Frederic Jameson, que percebe o pós-moderno como expressão cultural

do capitalismo tardio, e Stuart Hall, o qual aponta claramente para uma sociedade com identidade cultural pós-moderna, onde o sujeito está descentrado de uma única cultura.

A sociologia, hodiernamente, busca então, não mais metanarrativas que possam clarificar a conduta, como um todo, da sociedade moderna, ou para alguns pós-moderna, o que, boa parte, dos estudiosos da sociedade contemporânea estão interessados em investigar, diz respeito a questionamentos levantados acerca do grau de autonomia que os indivíduos possuem para conduzir suas ações em sociedade, perceber se os indivíduos têm condições de “construir” as instituições sociais em que vivem e pelas quais se relacionam, ou em que medida são por elas modelados.

A consolidação de instituições com bases razoavelmente universalizantes durante a modernidade instrumental criou uma sensação, até certo ponto enganadora de que tal entidade, por si só, se reproduziria, por aproximação antropológica, em toda sociedade que investisse como base de sua organização social em pontos análogos aos vistos na Europa do século XVI. No entanto, as sociedades se complexificam muito rapidamente, e tomam distintos caminhos, mesmo diante de processos semelhantes, isso trouxe uma série de novas discussões a aspectos ainda não inteiramente investigados da modernidade, trazendo consigo uma trama ainda maior de possibilidades de constituições de modelos de sociedade, dando a sociologia o desafio de, se não os superar, ao menos fazer um esforço de entendê-los de modo mais urgente.

Pensando no que foi dito, propomos neste artigo, prospectar, ainda que brevemente, o modo como a teoria social hodiernamente vem analisando essa “nova modernidade”, através de três obras de alguns dos mais expressivos teóricos da contemporaneidade: David Harvey (1993) com a obra “Condição Pós-moderna”, Anthony Giddens e Ulrich Beck (1995), os quais compartilham a autoria da obra “Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna” com Scott Lash e por fim o livro “sociedade de risco” de Ulrich Beck (2010). Para isso tomarei como enfoque o aspecto da identidade na modernidade e suas transformações, pretendendo perceber suas conformações e suas diferenças na perspectiva de distintos pensamentos, explanadas pela análise das obras desses autores.

O Indivíduo em Harvey e sua Condição Pós-Moderna

Logo no início de seu livro “Condição Pós-moderna” David Harvey (1993) traz uma passagem de um relato de um trabalho escrito por Jonathan Raban, intitulado *Soft City*, publicado em 1974, o qual descreve a rotina da cidade de Londres no início da década de 1970, nele Raban discorda da ideia de que a cidade estava se racionalizando e se automatizando em decorrência do sistema de produção e do consumo em massa, num rápido e constante processo de homogeneização de cultura na sociedade londrina.

Para Raban o que estava acontecendo em Londres era um forte processo de produção de signos e imagens, o qual alavancava a individualização, além de promover fortes distinções sociais, quase que obrigando os indivíduos a exercerem papéis diversos na sociedade e com alto grau de individualização.

Sobre isso, Harvey (1993), entende que *Soft City*, de certo modo, contém traços da pós-modernidade, além de evidenciar como o indivíduo nesse processo vai se tornando mais autônomo em suas ações. Harvey (1993) procura deixar evidente a distinção do momento de uma modernidade racional instrumental, para uma pós-modernidade pautada na fragmentação cultural e no indivíduo, na medida em que também define sua concepção do pensamento pós-moderno:

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado como a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno. (Harvey, 1993, p. 19)

De tal modo, Harvey (1993) deixa evidente que não há mais espaço para teorias que propõem as metanarrativas, aquelas que têm a pretensão de “legitimar a ilusão de uma história humana ‘universal’” (HARVEY, 1993, p. 19), pois, se o indivíduo já não mais se determina, apenas, e tão somente, por uma suposta regulação social universal e ainda fragmenta as suas decisões de modo autônomo, não cabe mais

pensar em teorias que procurem explicar a sociedade a partir de elementos que sejam universalizantes. O pós-modernismo é a nomenclatura dada ao momento onde o indivíduo tende a se pluralizar, heterogeneizar.

Harvey (1993) dedica uma unidade inteira de seu livro para explanar a modernidade e suas origens e atenta para dois pontos, o primeiro é que para se entender a pós-modernidade não é possível fazê-lo sem entender a modernidade, ou seja, aparentemente, para o autor, a pós-modernidade advém da modernidade, apesar de serem bem distintas em seus propósitos, e a segunda questão reside exatamente nisso, pois o autor evidencia que, paradoxalmente, no surgimento do modernismo, havia declarações de fragmentação, efemeridade e mudança caótica. “Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, tudo o que é sólido desmancha no ar.” (Harvey, 1993, p. 21). Porém, o que percebemos hoje é que a modernidade instrumental, não soube lidar com tais questões de modo institucional, ou mesmo não era seu propósito fulcral.

O Iluminismo procurou equalizar doses de transitoriedade, daquilo que é fugidio e da fragmentação, como condições necessárias para o sucesso do propósito moderno, visando a libertação da humanidade do período de trevas da idade média. Portanto, necessariamente o projeto modernista precisava ser um projeto de destruição dos propósitos anteriores, uma vez que esse era completamente distinto da ideia iluminista moderna, e isso se deu pela “destruição criadora”, como disse em sentido figurado Harvey (1993), “simplesmente não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao” (p. 26).

Porém, o autor deixa claro que os propósitos da modernidade iluminista eram bastante otimistas, para não dizer ilusório, pois tanto no aspecto econômico, quanto no aspecto da libertação humana, suas intenções não tinham onde se sustentar com a combinação de fatores que se tinha.

No que tange a questão econômica, Harvey (1993) entende que a “acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo” (p. 164) o autor argumenta que elementos básicos ainda são presentes, e retoma Marx para fundamentar sua alegação, voltando-se especialmente para três características essenciais: “o capitalismo é orientado para o crescimento” (p. 166), “o crescimento em valores reais se apoia na exploração do

trabalho vivo na produção” (p. 166), e “o capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico”. (p. 169). Para Harvey (1993),

Marx foi capaz de mostrar que essas três condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises. Não havia em sua análise uma maneira pela qual a combinação dessas três condições pudesse produzir um crescimento equilibrado e sem problemas; [...] [sem que apresentassem] a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação – definida como uma condição em que podem existir ao mesmo tempo capital ocioso e trabalho ocioso sem nenhum modo aparente de se unirem esses recursos para o atingimento de tarefas socialmente uteis. (p. 170).

Sobre a “libertação da humanidade”, Harvey (1993) explicitamente apoia-se em Max Weber para esclarecer que a expectativa dos iluministas era irreal. O vínculo necessário da ciência com o desenvolvimento e da racionalidade com a liberdade humana universal, afeta todos os planos da vida social, cultural e econômica.

O desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma jaula de ferro da racionalidade burocrática da qual não há como escapar. (p. 25)

Para Harvey (1993), a demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, em 1972, é o marco da morte da arquitetura moderna. O conjunto estadunidense de edifícios se tornou um dos lugares mais marginalizados e violentos da cidade de St. Louis (EUA), com grande estigmatização, e considerado ineficiente aos propósitos, sua demolição, não por acaso, se dava num momento de forte contestação dos valores do modernismo. Simbolicamente Harvey elege esse momento como a passagem do modernismo para o pós-modernismo, uma vez que no pós-modernismo, estratégias pluralistas e orgânicas tomaram o lugar dos planejamentos de larga escala por zoneamento funcional do modernismo, estratégia que fora pensada quando da construção do Pruitt-Igoe em 1949. Uma cidade pós-moderna é uma colagem de

espaços e misturas, um lugar onde ocorre revitalização constante e não estagnação de movimentos.

Harvey (1993) expõe que já nos anos 80, o ideal pós-modernista tomava larga escala em todo mundo, segundo ele era possível observá-lo no discurso de personalidades como o Príncipe de Gales e até mesmo o Papa João Paulo II, isso porque “o projeto pós-moderno é reafirmar a verdade de Deus sem abandonar os poderes da razão.” (p. 47), ou seja, liberdade das ações humanas sem perder de vista a racionalidade para solucionar e equacionar os problemas.

Um ponto crucial de distinção entre o pós-modernismo e o modernismo, segundo Harvey (1993), diz respeito à “personalidade” de ambos, para o autor, o pós-modernismo tem como preocupação central o signifiante e não o significado, a pós-modernidade está preocupada com as aparências superficiais, momentâneas e não com as intrínsecas, inatas; tem ansiedade com o prazer presente e não com o futuro. Harvey (1993) ilustra bem esse cenário:

Somente em termos de um tal sentido centrado de identidade pessoal podem os indivíduos se dedicar a projetos que se entendem no tempo ou pensar de modo coeso sobre a produção de um futuro significativamente melhor do que o tempo presente e passado. O modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranoia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive linguísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias de produzir, algum futuro radicalmente diferente. (p. 57)

O indivíduo claramente não está disposto ao centro, nem a permanecer num único e duradouro espaço, tampouco no tempo, a pós-modernidade não quer saber do futuro, do progresso, está preocupada em tratar do hoje, quase que eliminando por completo a memória, ou mesmo uma ideia de continuidade. Para Harvey (1993), não são as crenças, tampouco as descrenças que fazem os indivíduos se prenderem ou não a determinado aspecto da vida social, na verdade eles não deveriam se sentir presos nem a crer nem a não crer.

Os meios de comunicação oferecem o fugidio, o efêmero, aquilo que satisfaz o indivíduo ali, naquele instante, sem aspirações que sua atenção perdure por mais do que o tempo da exposição. O autor argumenta que pouco ou mesmo nada prende a atenção na direção de um progresso da humanidade, os interesses estão no campo da individualidade, além do que é tudo superficial e quase nada se enraíza meras colagens superpostas com ausência de profundidade. “todos esses elementos são aspectos da [...] prática da vida na condição pós-moderna” (p. 63).

Para Harvey (1993), o movimento pós-modernista não deve ser visto como uma simples corrente autônoma, para o autor está evidente que seus efeitos e princípios se espalharam pelo mundo se enraizando na vida cotidiana, basta observar as profundas mudanças provocadas na estrutura do sentimento e da razão humana.

O Indivíduo e a Modernização reflexiva

Entendendo que a discussão sobre as terminologias modernidade e pós-modernidade não deveria ser necessariamente o foco dos debates de tão importante momento da vida humana em sociedade, Anthony Giddens e Ulrich Beck propõem não se debruçar sobre tais nomenclaturas e cunham o termo “modernidade reflexiva” para sintetizar o pensamento sobre a “nova modernidade”.

Para Giddens e Beck (1995) modernização reflexiva seria a modernização da modernidade. O ritmo intenso de transformações provocado pela modernidade também modifica o próprio processo de modernização, de forma lenta, gradativa e silenciosa, sem deixar grandes marcas. Os autores são enfáticos em afirmar que, não há relação dessas mudanças com as utopias propostas pelo socialismo, nem é decorrência de uma falência do capitalismo, ou seja, não se pode atribuir as mudanças na sociedade capitalista moderna a uma tentativa de inserção de um modelo utópico socialista. Caso haja algum elemento interferindo de fora para dentro deve ser visto como o sucesso do próprio capitalismo, o qual permite mudanças para se acomodar as novas necessidades de novas formas de sociedade. Para Giddens e Beck, o processo de modernização faz com que a própria modernidade evolua, gerando outra modernidade, numa espécie de radicalização da modernização.

Os autores evidenciam que esse processo acaba por autodestruir as bases da sociedade, já não muito sólidas, com relativa frequência, nada que já não se tenha observado no princípio da modernidade, com a destruição criadora explicitada por David Harvey (1993), algo inerente ao pensamento moderno. Os autores expressam seu pensamento sobre modernização reflexiva nessa passagem:

Assim, em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis de sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico econômico. Este novo estágio, em que o processo pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva. (Beck; Giddens, 1995, p. 12)

Essa é uma perspectiva que se coaduna com a proposta inicial da modernidade iluminista, que se utilizava de uma razão instrumental para destruir as antigas amarras sociais, sobretudo com a igreja. Ulrich Beck (2010) argumenta já em seu trabalho solo, intitulado: “Sociedade de risco”, que “semelhante à organização da sociedade industrial, que nunca existiu somente como sociedade industrial, uma vez que possuía uma parte feudal – da qual se originou – e uma parte industrial, a atual configuração social também é híbrida” (p. 10).

Aqui o autor demonstra que está pensando no processo de modernização e nos seus efeitos por analogia histórica:

Assim como no século XIX a modernização dissolveu a esclerosada sociedade agrária estamental e, ao depurá-la, extraiu a imagem estrutural da sociedade industrial, hoje a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e, na continuidade da modernidade, surge uma outra configuração social” (Beck, 2010, p. 12-3).

Segundo Beck (2010), a sociedade está num processo de transição de uma chamada “primeira modernidade” para uma “segunda modernidade”, essa reflexiva. De acordo com o autor, a primeira modernidade teria sido marcada por uma “modernização simples”, pautada especialmente na admissão da razão humana e, a segunda

modernidade, esta que nossa sociedade vive, estaria sendo pautada por uma atitude de reflexividade perante a própria modernidade, na qual “se atingiu tal nível de desenvolvimento das forças produtivas que tem revolucionado a sociedade industrial e, que, porém ainda não alcançou uma direção emancipatória nos termos marxistas” (p. 13). O autor assevera que a sociedade industrial já não detém mais as atenções, e sai de cena de um modo até então impensado, pois,

[...] nos passos leves da normalidade, se despede do palco da história, saindo pelos bastidores dos efeitos secundários – e não do modo como até hoje havia sido previsto nos livros ilustrados da teoria social: com um estrondo político (revolução ou eleições democráticas) (Beck, 2010, p. 13).

Para Beck (2010), o modo como se organizava a vida em sociedade na primeira modernidade, sofre radical transformação: a modernidade iluminista pautava-se, sobretudo, num modo de vida de bem estar social coletivo, com forte apelo para o trabalho, já na modernidade reflexiva, vários são os processos que a permeiam, por vezes interligados, como: a individualização, a globalização, as questões de sexualidade e o subemprego. Para o autor, o desafio que se põe nesta modernidade (segunda modernidade) é que, a própria sociedade, especificamente seus indivíduos, são os que precisam saber lidar com todos esses processos de modo simultâneo.

Dessa série de responsabilidades que temos, em quase que simultaneamente, solucionar ou apaziguar questões tão diversas, que envolvem basicamente a sociedade e a natureza, Beck (2010) argumenta que esse modo hodierno de organização e trama da vida, pautado, sobretudo pelo ritmo acelerado dos avanços tecnológicos e científicos, nos coloca em uma problemática extremamente perigosa, vez que essa capacidade, extraordinária, de produção (forças produtivas), nos põe, segundo o autor, claramente em risco, ou seja, põe em “desequilíbrio” a própria manutenção de nossa vida no planeta, especialmente pela ação predatória do modo de produção capitalista, pois exerce forte desgaste sobre os recursos naturais, não observando a capacidade regenerativa dos ecossistemas.

É justamente por tal questão que Beck (2010) anuncia que o colapso de tal “sistema” pode vir de sua própria ambição de produção, ou seja, sua catástrofe estaria em si mesmo, especialmente pelo desrespeito a natureza e não pelo esgotamento do modo de produção,

tese distinta da doutrina de Karl Marx sobre o caos da sociedade capitalista. O autor então denomina nossa sociedade com tal potencialidade sobre as consequências que temos de conviver de “*Sociedade de Risco*”.

Para Beck (2010), a sociedade de risco é o resultado da modernização reflexiva, pois, uma vez que as questões ligadas à produção, emprego e renda estariam sendo dirimidas ou, em alguns casos, sanadas, a questão que agora se põe é o modo como se distribui os riscos, no sentido que ele atribui, através da sociedade, ou seja, a prioridade da sociedade é entender quais os problemas que atingem a todos, ainda que de forma diferenciada, mas dos quais ninguém pode escapar. O autor elucida bem seu entendimento ao citar o exemplo do acidente nuclear de Chernobyl, para ele o perigo que o indivíduo correu nesse acidente não dependeu de nenhum fator por este possível de ser controlado, ou seja, as ameaças em casos assim não são passíveis de serem dirimidas ou sanadas, levando-se em consideração a riqueza, origem ou a qualquer outro elemento vinculado a um ou outro indivíduo, para Beck (2010) isso transformou o individualismo moderno.

Por estas e outras razões, tais como, catástrofes naturais e climáticas globais, a sociedade vive um momento, no entendimento de Beck (2010), no qual não há mais a possibilidade de se distinguir afastando um grupo ou uma pessoa de si referindo-se a este como o outro. Para o teórico vivemos tempos que se encerra o termo “*o outro*” enquanto categoria analítica, vez que os riscos não podem ser controlados por indivíduos, grupos, tampouco por nações, pois, ultrapassam suas “fronteiras”.

Beck (2010) assegura que o modelo da sociedade industrial clássica, de uma modernidade racional, definitivamente se encerrou, e isso libertou as sociedades das formas tradicionais de organização social, especialmente sobre o processo de individualização, o indivíduo já não se percebe necessariamente relacionado a grupos sociais, classes, família ou mesmo questões de gênero. Para Beck (2010), “*individualização significa que a biografia das pessoas se torna independente de determinações pré-fixadas, aberta, disponível e se converte em tarefa a ser desempenhada por cada um.*” (p. 199).

Beck (1995; 2010) analisa a individualização no contexto da modernização reflexiva. De modo semelhante ao processo de modernização reflexiva na sociedade, o indivíduo também tem reflexividade sobre si mesmo. A individualização para Ulrich Beck (2010) abrange a alteração a qualquer tempo e sem previsão do caráter

social e da biografia normal e previsível, a mudança dos estilos e formas de vida, das formas de participação política e da concepção da realidade.

Beck (2010) assevera que a individualização é um processo no qual “cada um mesmo se torna a unidade de reprodução vital do Social” (p. 199). Isso significa que os indivíduos são agentes de suas ações, e podem ter controle sobre elas, de tal modo, estabelecem suas formas de vida individual e coletiva e se tornam a expressão de suas escolhas. Porém, o autor ressalta que nesse modo de individualização da modernização reflexiva,

O indivíduo precisa aprender, sob pena de um prejuízo irreversível, a reconhecer-se a si mesmo como foco de ação, como agência de planejamento no que diz respeito à sua própria carreira, às suas capacidades, orientações, parcerias etc. (Beck, 2010, p. 199).

Para Beck (1995; 2010) a segunda modernização advinda de um longo processo que se refere a reflexividade sobre a própria modernização, torna a modernidade, de fato, algo onde o indivíduo se torna livre, abrindo-se largas portas de subjetivação, porém, os riscos desse tipo de sociedade não recaem, exclusivamente, sobre os ombros das instituições, especialmente no que tange a preocupação em dirimir seus efeitos, isso, agora, está diretamente relacionado aos indivíduos, numa espécie de fórmula direta de causa e consequência. A sociedade é de risco e os indivíduos em sua individualização estão aptos a sofrerem as consequências, além da forma coletiva de modo individualizado.

Considerações Finais

Após breve discussão sobre a modernidade à luz de importantes pensadores da teoria social, buscando, especificamente, perceber nesses autores o modo como interpretam e se debruçam sobre o aspecto da individualização no contexto da modernidade e de suas transitoriedades, cabe-nos uma consideração final sobre o que desta análise observamos, de modo aparente.

O que percebemos, com bastante evidência, foi que nas obras aqui relacionadas, os autores entendem que a modernidade sofreu uma alteração substancial de seu significado, saindo de um processo que inicialmente, no século XIX, tinha como interesse maior o rompimento

com uma noção de vida que quase que anulava a liberdade individual, passando por uma era de intensa institucionalização com fortes amarras sociais e que se propunha de modo coeso a gerenciar e organizar a sociedade, dando aos indivíduos certa liberdade e oferecendo-lhes oportunidades de escolhas dentre algumas previamente estabelecidas, chegando a um estágio em que o indivíduo reivindica sua autonomia e liberdade integralmente, liberto de qualquer tipo de amarração social coletiva, ainda que se valha de alguma delas em suas escolhas pessoais, porém, num processo em que sua subjetividade estaria acima de qualquer abstração de formas coletivas.

Cabe lembrar que nesta linha do tempo em que a modernidade caminhou e caminha, todos os autores aqui explanados ressaltam que não se poderia esperar algo distinto do que estamos a ver, vez que no cerne da proposta moderna do século XIX, a destruição criadora, o anseio de romper com algo que tolhe as vontades e desejos, sempre esteve como alicerce. Portanto, para os autores supra, a modernidade continuaria inevitavelmente seu processo de libertar o indivíduo de amarras sociais coletivas. Para esses autores, nenhum outro aspecto da vida seria mais adequado para perceber a força que tem esse processo do que no próprio processo de individualização.

Para Beck (2010), na passagem da primeira para a segunda modernidade, o papel do indivíduo e sua experiência de individualidade na sociedade são radicalmente modificados, o autor deixa evidente que a sociedade se individualizou, e nesse processo dissolveram-se as referências da sociedade industrial. Ao tempo que se quebrava antigos modelos de convivência, e se destradicionalizava grandes grupos de instituições, também se instituía uma nova modernidade, a qual o autor chamou de reflexiva. Nessa modernidade a individualização é um processo social que assume ares muito particularizados.

Na modernidade reflexiva, os indivíduos têm um alto grau de autonomia, porém, os conflitos não foram extintos, apenas substituídos, tanto as entidades que estão em conflito e seus motivos, quanto quem precisa e deve buscar solucioná-los (BECK, 2010; GIDDENS; BECK, 1995), ou seja, a sociedade de indivíduos autônomos criou para si uma série de outras situações conflituosas, composta de novas inseguranças, novas exigências e novos riscos, portanto, uma sociedade de risco.

Para Beck (2010), no processo de libertação das instituições tradicionais: família, religião, etc., surgem simultaneamente novas dependências, outras instâncias e organizações que atravessam a vida dos

indivíduos. O indivíduo deve autodirigir-se, controlar-se e decidir sobre sua vida, inclusive nos aspectos relativos à proteção social, num processo de “autorreflexividade”. Nesse aspecto, a proposta analítica de David Harvey (1993) sobre a individualização, não atinge esse nível de “radicalidade”.

Para David Harvey (1993), o processo de individualização em um nível elevado de autonomia, constatado hodiernamente pelo autor, também é fruto de um processo de uma segunda modernidade, o qual enuncia como pós-modernismo. O autor aponta como distinção fulcral entre a modernidade e a pós-modernidade, no que tange a individualização, a relação distinta que ambas tiveram com o significante e o significado, a modernidade tende a reprimir o indivíduo em nome de algo maior, de um “futuro” que não se sabe se chegará, um projeto claramente voltado ao todo, ao coletivo. Já a pós-modernidade tem interesse no superficial, no hoje, naquilo que se pode fazer imediatamente, sem preocupações futuras, para Beck (2010) essa tendência, como vimos, gera grandes problemas, especialmente a insegurança e o risco.

Harvey (1993), admite que os indivíduos não estão aptos a pensar num futuro e então desperdiçar as oportunidades presentes, não há espaço para planos posteriores, pois o indivíduo precisa realizar seus desejos imediatos. O autor sugere que o pensamento moderno de pensar no futuro, perdeu espaço com a individualidade pós-moderna, em boa parte, pelas inúmeras frustrações sofridas com as expectativas criadas pelas instituições.

Como “remédio” à essas frustrações, o indivíduo pós-moderno, numa espécie de automedicação arriscou-se a vivenciar apenas o hoje, o efêmero, sem amarras culturais de perspectivas longínquas, ainda que, para o autor, isso possa gerar uma certa esquizofrenia, induzida pela fragmentação e por todas as instabilidades, de um futuro ou mesmo um presente radicalmente inesperado. Em Beck (2010), a esquizofrenia proposta por Harvey (1993) parece ter relação de semelhança com a noção de sociedade de risco.

Da observação da proposta das obras e autores analisados neste artigo, percebemos claramente que há um esforço em tornar inteligível o modo como os indivíduos agem na sociedade. Seja chamando de modernidade reflexiva, pós-modernidade, alta modernidade ou segunda modernidade, observa-se que os autores percebem que um novo processo de individualização aconteceu e vem acontecendo, e este difere

daquele visto no século XIX, quando da insurreição da modernidade. Beck (2010) já vislumbra algo à frente do que pensa Harvey (1995), vez que, este último, não se animou a propor declaradamente aonde esse tipo de sociedade vai nos guiar. O que de fato temos é uma sociedade com indivíduos bastante diversos dos que viveram no século XIX, no início do processo de modernização.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

GIDDENS, Anthony.; BECK, Ulrich.; LASH, Scott. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Recebido: 15/03/2018

Aprovado: 30/04/2018